



CADERNO DE ENCARGOS – FORNECIMENTO DE VERSÕES ATUALIZADAS E MANUTENÇÃO DAS APLICAÇÕES SIGMA

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	FORNECIMENTO DE VERSÕES ATUALIZADAS E MANUTENÇÃO DAS APLICAÇÕES SIGMA	
	UO / SERVIÇO	DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E TURISMO	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 01

Índice

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1.ª Objeto	3
Cláusula 2.ª Contrato.....	3
Cláusula 3.ª Prazo	3
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR	3
SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 4.ª Obrigações principais do fornecedor.....	3
Cláusula 5.ª Conformidade e operacionalidade dos bens.....	4
Cláusula 6.ª Entrega dos bens objeto do contrato.....	4
Cláusula 7.ª Garantia técnica	4
Cláusula 8.ª Garantia de continuidade de fabrico.....	5
Cláusula 9.ª Serviços de Instalação, Manutenção e Apoio Técnico.....	5
SUBSECÇÃO III - DEVER DE SIGILO	6
Cláusula 10.ª Objeto do dever de sigilo	6
Cláusula 11.ª Prazo do dever de sigilo.....	6
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO	6
Cláusula 12.ª Preço contratual	6
Cláusula 13.ª Remuneração dos serviços.....	6
Cláusula 14.ª Condições de pagamento	6
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	7
Cláusula 15.ª Penalidades contratuais	7
Cláusula 16.ª Força maior	7
Cláusula 17.ª Resolução por parte do contraente público	8
Cláusula 18.ª Resolução por parte do fornecedor.....	8
CAPÍTULO IV - SEGUROS.....	9
Cláusula 19.ª Seguros.....	9
CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	9
Cláusula 20.ª Foro competente	9
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	9
Cláusula 21.ª Subcontratação e cessão da posição contratual	9
Cláusula 22.ª Comunicações e notificações	9
Cláusula 23.ª Contagem dos prazos.....	9
Cláusula 24.ª Legislação aplicável.....	9
CAPÍTULO VIII – CLÁUSULAS TÉCNICAS	10
Cláusula 25.ª Fornecimento e instalação dos bens	10
Cláusula 26.ª Aplicações SIGMA instaladas na Câmara Municipal de Espinho para atualização.....	10

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	FORNECIMENTO DE VERSÕES ATUALIZADAS E MANUTENÇÃO DAS APLICAÇÕES SIGMA	
	UO / SERVIÇO	DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E TURISMO	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 01

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª | **Objeto**

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição das versões atualizadas das aplicações SIGMA e respetivos serviços de manutenção.
2. O objeto do contrato abrange ainda serviços de manutenção e apoio técnico até ao final do prazo do contrato.

Cláusula 2.ª | **Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª | **Prazo**

O contrato mantém-se em vigor após a sua assinatura e até 31/12/2019, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.


CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 4.ª | **Obrigações principais do fornecedor**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	FORNECIMENTO DE VERSÕES ATUALIZADAS E MANUTENÇÃO DAS APLICAÇÕES SIGMA	
	UO / SERVIÇO	DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E TURISMO	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 01

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia dos bens;
- c) Obrigação de continuidade de fabrico;
- d) Obrigações identificadas no capítulo VIII – cláusulas técnicas
- e) Obrigação de recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à implementação, disponibilização, formação, atualização e manutenção das aplicações SIGMA, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª | **Conformidade e operacionalidade dos bens**

1. O fornecedor obriga-se a disponibilizar e instalar ao contraente público os bens objeto do contrato previstos no capítulo VIII – cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O fornecedor é responsável perante o Município de Espinho por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.ª | **Entrega dos bens objeto do contrato**

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues e instalados no edifício da Câmara Municipal de Espinho, sito na praça Dr. José de Oliveira Salvador, apartado 700, 4501-901 Espinho, no prazo de 15 dias após a assinatura do contrato.
2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bem objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.


Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega e com a respetiva instalação são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 7.ª | **Garantia técnica**

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de dois anos a contar da data de entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no capítulo VIII – cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2. A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	FORNECIMENTO DE VERSÕES ATUALIZADAS E MANUTENÇÃO DAS APLICAÇÕES SIGMA	
	UO / SERVIÇO	DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E TURISMO	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 01

- b) O fornecimento e instalação das aplicações SIGMA;
- c) A deslocação ao local da instalação;
- d) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- e) A mão-de-obra.

3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o Município de Espinho tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.

4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo Município de Espinho e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 8.^a | **Garantia de continuidade de fabrico**

O fornecedor deve assegurar as atualizações necessários ao bom funcionamento das aplicações SIGMA, que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de utilização das mesmas, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis, a contar da assinatura da entrega dos bens.

Subsecção II

Componentes de Serviços


Cláusula 9.^a | **Serviços de Instalação, Manutenção e Apoio Técnico**

1. O fornecedor fica obrigado a prestar serviços de instalação, manutenção e apoio técnico durante até ao final da duração do contrato.

2. Os serviços referidos no número anterior compreendem, designadamente:

- a) Acompanhamento pré e pós implementação no que diz respeito a otimizações que forem sendo necessárias efetuar
- b) Parametização das soluções em função das necessidades e realidade existente
- c) Instalação de novas versões resultantes de atualização
- d) Suporte técnico remoto
- e) Suporte técnico telefónico
- f) Reposição em perfeito funcionamento das aplicações para as quais se tenha detetado qualquer erro de funcionamento
- g) Reinstalação e teste das aplicações devido a alterações da versão do sistema operativo e de outros ambientes de apoio de software;
- h) Apoio aos utilizadores na boa operação das aplicações;
- i) Apoio aos Administradores de Sistema na gestão do ambiente informático;

3. Os serviços descritos nas alíneas g), h) e i) do presente número serão prestados até um limite de 72 dias úteis nos serviços municipais da Câmara Municipal de Espinho, independentemente das aplicações ou das áreas que sejam objeto de intervenção.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	FORNECIMENTO DE VERSÕES ATUALIZADAS E MANUTENÇÃO DAS APLICAÇÕES SIGMA	
	UO / SERVIÇO	DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E TURISMO	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 01

SUBSECÇÃO III - DEVER DE SIGILO

Cláusula 10.^a | **Objeto do dever de sigilo**

- O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Espinho, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.^a | **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO

Cláusula 12.^a | **Preço contratual**


- Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Espinho deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 13.^a | **Remuneração dos serviços**

Os serviços previstos na Cláusula 9.^a serão remunerados de acordo com os preços correspondentes, nos termos da proposta adjudicada.

Cláusula 14.^a | **Condições de pagamento**

- As quantias devidas pelo Município de Espinho, respeitantes aos serviços efetivamente utilizados pelo mesmo, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Espinho das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	FORNECIMENTO DE VERSÕES ATUALIZADAS E MANUTENÇÃO DAS APLICAÇÕES SIGMA	
	UO / SERVIÇO	DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E TURISMO	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 01

3. Em caso de discordância por parte do Município de Espinho, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 15.ª | Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Espinho pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega e implementação do bem objeto do contrato, até 0,5% do valor contratual por cada dia de atraso;
- b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 25% do valor contratual;
- c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento, até 50% do valor contratual

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Espinho pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 50% do valor contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Espinho tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5. O Município de Espinho pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.


6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Espinho exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.ª | Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	FORNECIMENTO DE VERSÕES ATUALIZADAS E MANUTENÇÃO DAS APLICAÇÕES SIGMA	
	UO / SERVIÇO	DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E TURISMO	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 01

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.^a | **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Espinho pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a três meses ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Espinho.

Cláusula 18.^a | **Resolução por parte do fornecedor**


1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros;

2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula 20.

3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Espinho, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	FORNECIMENTO DE VERSÕES ATUALIZADAS E MANUTENÇÃO DAS APLICAÇÕES SIGMA	
	UO / SERVIÇO	DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E TURISMO	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 01

CAPÍTULO IV - SEGUROS

Cláusula 19.^a | **Seguros**

1. É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, inerentes ao objeto que se pretende contratar.
2. O Município de Espinho pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo 5 dias.

CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 20.^a | **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 21.^a | **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.^a | **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.


Cláusula 23.^a | **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.^a | **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

O Vice-Presidente da Câmara,

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	FORNECIMENTO DE VERSÕES ATUALIZADAS E MANUTENÇÃO DAS APLICAÇÕES SIGMA	
	UO / SERVIÇO	DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E TURISMO	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 01

CAPÍTULO VIII – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 25.^a | **Fornecimento e instalação dos bens**

É da responsabilidade do fornecedor o fornecimento e instalação das versões atualizadas das aplicações SIGMA referidas na cláusula 3.^a – Aplicações SIGMA instaladas na autarquia.

Cláusula 26.^a | **Aplicações SIGMA instaladas na Câmara Municipal de Espinho para atualização**

- Contabilidade POCAL
- DAM – Gestão de Documentos e Atendimento Municipal
- Execuções Fiscais
- Fiscalização e Contra Ordenações
- Gestão de Aprovisionamento
- Gestão de Ciclomotores
- Gestão de Habitação e Rendas
- Intranet
- Módulo de Faturação de Contribuintes
- Obras Municipais
- Património
- Recursos Humanos
- SigmaDoc
- SigmaFlow
- Urbanismo
- Plataforma de Interoperabilidade
- Serviços On-line